

## **Além da carona do regime automotivo**

*MARCELO DE PAIVA ABREU\**

A análise da reunião dos presidentes do Mercado Comum do Sul (Mercosul), na semana passada, conduz a resultados desalentadores. O único “sucesso” foi a anuência argentina quanto ao chamado regime automotivo brasileiro na sua enésima versão. Vale a pena repisar: a reintrodução de um regime de incentivos à exportação nas linhas da antiga Comissão para Concessão de Benefícios Fiscais e Programas de Exportação (Befiex) é expressamente vedada pelo acordo relativo a investimentos que resultou da Rodada Uruguai. O Brasil poderia ter registrado, até o fim de março de 1995, medidas preexistentes, mas não o fez. Não podia ser registrado o que não existia. O governo foi obrigado pela Organização Mundial do Comércio (OMC) a abandonar os seus planos de estabelecer cotas de importação de auto veículos. Consciente de que a OMC já tem sob sua mira os incentivos à exportação do regime automotivo proposto antes do puxão de orelhas, pretende agora pegar carona no regime automotivo argentino com base na alegação de que se aplicaria ao Mercosul. É difícil acreditar que esse expediente vá dar resultado.

Temas mais importantes na pauta do Mercosul são a sua expansão e a manutenção de condições favoráveis para a transição com turbulência mínima para um mercado comum até 2006. A conclusão de negociações relativas a preferências comerciais com a Bolívia e o Chile é de grande interesse econômico e político. Não é à toa que *The Economist*, com o sarcasmo habitual, e à raiz das trapalhadas norte-americanas relativas à inclusão do Chile no Acordo de Livre Comércio da América do Norte (Nafta), sublinhou que parece ser o Brasil, e não os EUA, o verdadeiro promotor da integração.

Evitar as turbulências na transição para o mercado comum parece ser mais complexo, no quadro das fragilidades econômicas da Argentina, e, em menor medida, do Brasil. A atuação no Brasil é bastante preocupante. Nas últimas semanas tomou-se claro que o descontrole de gastos em 1995 acarretou deterioração das contas públicas da ordem de 6% do Produto Interno Bruto (PIB). A atenção do governo parece concentrada em eventos como o Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam) e as possíveis irregularidades de financiamento das eleições de 1990. A incontinência fiscal obriga à manutenção de uma política de juros altos, de sustentação difícil por prazo prolongado. Não se consegue vislumbrar quando começaria a produzir resultados o louvado talento que teria parte da equipe econômica para disciplinar o gasto público.

A Argentina enfrenta uma crise econômica aguda, com queda do PIB em 1995 da ordem de 2,5%. O seu governo tem sérias dificuldades em manter o equilíbrio fiscal. Coloca-se em dúvida a sua capacidade de aprofundar ainda mais os cortes de gastos públicos. Embora as dificuldades de liquidez internacional tenham sido contornadas subsistem dificuldades importantes. De um lado, as exportações foram beneficiadas por significativo boom nos mercados agrícolas de produtos temperados e, portanto, dependem da manutenção do alto nível de preços. Por outro, a expansão de mais de 40% das exportações dependeu crucialmente do Mercosul que absorveu mais de 60% deste crescimento.

A expansão das importações brasileiras de 1995, da ordem de 45%, deveu-se à combinação dos efeitos de estabilização sobre nível de atividade e expectativas com baixos preços das importações, decorrentes da política cambial e da redução da proteção. Foi, assim, radicalmente revertido o tradicional déficit comercial da Argentina com o Brasil. A Argentina, sem a manutenção da demanda brasileira por suas exportações, enfrentaria problemas ainda mais graves de que os que vem enfrentando. Estas novas tendências do comércio bilateral sublinham os problemas de coordenação macroeconômica entre as principais economias do Mercosul. Embora o sucesso do plano de estabilização no Brasil continue a depender crucialmente dos avanços na área fiscal, é importante que se quebre o círculo vicioso criado pela inflexibilidade da política cambial argentina e consequentes pressões de seu governo contrárias às modestas desvalorizações que tem caracterizado o regime cambial brasileiro. Vê-se que existem assuntos bem mais importantes a tratar no Mercosul do que pegar carona no regime automotivo argentino e expor-se a novo desgaste na OMC.

\* Marcelo de Paiva Abreu é Professor do Departamento de Economia da PUC-Rio.